

COMÉRCIO INTERNACIONAL, INDUTOR DE CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA CRÍTICA ESTRUTURAL

Sérgio Luiz Lacerda

Professor de Economia das FIC,
Mestrando na UFSM-RS:
Integração Latino-Americana

RESUMO

Este artigo procura analisar, sob a ótica das teorias do comércio internacional, a conformação dos países em desenvolvimento perante o comércio internacional, consideradas as lógicas realistas e globalistas das relações internacionais. Nesse aspecto, formula uma crítica sobre a real importância do comércio internacional para o desenvolvimento, sem se preocupar com raízes no método econômico, porém enfoca as consequências para os países em desenvolvimento, seja sob a política de substituição de importações, seja sob a política de orientação às exportações.

1 INTRODUÇÃO

Levar a cabo discussões sobre o processo de crescimento e de desenvolvimento econômico, a partir de concepções teóricas do comércio internacional, forçosamente cairá em modelos já concebidos, em que suas análises, em muitos casos, compreendem camisas-de-força a determinados tipos de nações, principalmente as menos desenvolvidas.

Não muito tempo atrás, o pensamento econômico liberal capitalista idealizava que o modelo de crescimento deveria ocorrer por meio da aceleração econômica. Com isso as nações menos

desenvolvidas deixariam seus velhos “hábitos” subdesenvolvidistas, para então se achegar aos países desenvolvidos. Conforme esse comportamento todas aquelas questões mais profundas que tocam mais de perto as grandes diferenças entre nações ricas e pobres, por um passe de mágica, deixariam de existir.

Ora, com toda aproximação possível via transferência de tecnologia das nações mais industrializadas para aquelas menos desenvolvidas, o processo da dependência (exportação de bens primários e importações de manufaturas) não seria eliminado, apenas reintroduz o velho problema da deterioração dos termos de troca, cuja dimensão toca, em níveis mais acentuados e dinâmicos, as diferenças estruturais que, agora, atingem níveis internacionalizados.

É por essas razões que muitos teóricos, ao contestarem as exigências de programas diferenciados e mais dirigidos à especificidade de cada nação em desenvolvimento, fundamentam crenças na simples ampliação em teoria do comércio internacional, sendo capazes de explicar como se expõem regras que fundamentem novos direcionamentos, privilegiando indistintamente os diferentes países.

O estudo que ora se apresenta, à luz das correntes globalista e realista, pertinentes à teoria das relações internacionais, procura, despretensiosamente, colocar em discussão a base das mudanças nas relações comerciais entre países, como ações configuradas puramente nas relações de poder, e, a partir daí, a sustentação de quaisquer atos comerciais.

Dessa maneira, buscando realizar uma crítica a Dominick Salvatore, o estudo procura denunciar a utilização de ferramentas quantitativas como único meio de revelar padrões estáveis e dinâmicos, para se estabelecerem indicadores de crescimento e de desenvolvimento, principalmente para países menos desenvolvidos. Valendo-se, portanto, do instrumental de aferição dos índices de deterioração dos termos de troca estabelecidos por Salvatore e testando-se a sua metodologia, determinaram-se os níveis brasileiros para os últimos sete anos da década de 90, do século passado.

Categoricamente os indicadores encontrados revelaram consistência teórica, haja vista os sinais se apresentarem negativos na sua maioria, principalmente para aqueles que representam

Sérgio Luiz Lacerda

os termos de troca de dois fatores.

Por fim, procura-se contrastar o direcionamento e os benefícios sobre as discussões dos modelos de substituição de importações e de industrialização orientada à exportação, exposta por Salvatore, que sob a visão globalista-liberal expõe às nações em desenvolvimento o sabor da concentração econômica acima das soberanias e dos rumos das diferentes sociedades.

2 ORIGENS E ANTECEDENTES

Antes de se compreender o real sentido de crescimento e desenvolvimento, em que medidas afetam o interior das economias, as empresas, o meio ambiente, as pessoas, etc., é necessário reconhecer que a base para toda a compreensão do fenômeno está fundamentada no capitalismo, que, com suas contradições – sua lógica própria –, modificou as estruturas social, econômica e política das sociedades contemporâneas.

A busca incessante de teorias que referendem um arcabouço próprio sobre a compreensão de crescimento e de desenvolvimento econômico determina algumas rotinas que as nações devem seguir, a exemplo daquelas que se tornaram pioneiras. Indicadores, como a acumulação de capital, o progresso técnico e o crescimento populacional transformaram-se em regras que, em si, passaram a definir e a delimitar a existência de dois modelos de economia: as consideradas **desenvolvidas** e outras que, por alguma razão, retardando o que teoricamente se pontua como crescimento ótimo, associado a um certo nível de progresso tecnológico, passam a ser consideradas como economias **subdesenvolvidas** ou **em desenvolvimento**.

Nesse contexto, em que algumas teorias comuns enfeixam certos conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico, em termos gerais, o desenvolvimento contém o crescimento, visto que, conforme Paulo César MILONE:

... é um fenômeno mais global, que afeta a composição do produto e a locação dos recursos pelos diferentes setores da economia, melhorando os indicadores de bem-estar econômico e social, como diminuindo

os índices de pobreza, reduzindo o desemprego, a desigualdade, elevando as condições de saúde, a nutrição, educação e moradia.¹

Assim, fica patente que, em termos macroeconômicos, o crescimento decorre de variações na quantidade e na qualidade do capital e da mão-de-obra utilizados no seu processo. Fica evidente, também, que, em uma perspectiva de mundo mais neoliberal, a compreensão teórica sobre crescimento e desenvolvimento, como sua aplicabilidade, de fundamentação mais keynesiana, é contraditória². Logo, questões, como aumento da força de trabalho, aumento do estoque de capital, melhoria da qualidade da mão-de-obra e eficiência organizacional, considerando-se a existência de nações economicamente díspares, é de se refletir em certos aspectos circunstanciais, devem ser redutos que ainda permanecem nas esferas das políticas públicas, em se tratando da dicotomia conceitual e estrutural do plano teórico e sua aplicação no mundo real. Sabe-se que as diferenças entre as nações são um problema de Estado e não, como imaginam os neoliberais, exclusivamente, da transnacionalidade.

Considerando-se, portanto, a existência de nações desenvolvidas e sua concentração, que se dá em poucas regiões do mundo, as demais nações, em grande maioria, passam a ser classificadas como em desenvolvimento.

Comparadas àquelas que são consideradas desenvolvidas, as características mais comuns que as nações em desenvolvimento, em geral, apresentam, na mais pura concepção teórica, são:

- renda *per capita* real baixa;
- nível elevado de mão-de-obra na maioria das atividades econômicas;

¹ MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. **Manual de economia** – Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 514.

² Considerando-se aquelas nações que empreenderam modelos de desenvolvimento em que o Estado foi o gestor, definindo as estratégias, os estágios e os espaços econômicos para o crescimento, instala-se aí uma importante contradição, uma vez que foi por meio do modelo keynesiano de políticas públicas que algumas delas conheceram importantes índices de melhoria na qualidade e no desempenho da maioria de seus setores. Dessa maneira, com o globalismo das

Sérgio Luiz Lacerda

- expectativa de vida reduzida;
- índice elevado de analfabetismo e de crescimento populacional.

Por essa razão e pelo que se expôs, o comércio internacional das nações em desenvolvimento para com as desenvolvidas caracteriza-se pela exportação de bens primários (matérias-primas, alimentos etc.) e pela importação de manufaturas.

Ainda que, para alguns teóricos, o comércio internacional possa contribuir para o desenvolvimento econômico das nações em desenvolvimento, não é possível, portanto, afastar a possibilidade de que diferenças de estrutura venham a se incorporar nesses países, tendo em vista a deterioração dos termos de troca que acaba por retardar o desenvolvimento³. Ainda assim, suas preocupações revelam mudanças no sistema econômico internacional, vindo em benefício das nações menos desenvolvidas.

3 COMÉRCIO INTERNACIONAL É IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO?

Procurando responder a essa pergunta é que muitos economistas enveredam na elaboração de teorias específicas, dirigidas

economias mundiais, na transição para o neoliberalismo, as crises e contradições capitalistas, no reforço da competitividade, enfraquecem os países em desenvolvimento, suas empresas nacionais e todo o comprometimento com sentido de espaço nacional.

³ Os termos de troca são estabelecidos mediante a relação entre os preços de exportação e os preços de importação de um país. Se os preços das exportações sobem mais rapidamente (ou caem mais devagar) que os preços das importações, diz-se que há um aumento ou melhora nas relações de troca. O inverso demonstra que ocorre uma queda nas relações de troca ou, como é denominada, uma “deterioração nos termos de troca”. Na verdade (ver Raul PREBISCH, em **Uma nova política comercial para o desenvolvimento**, 1964, e **Capitalismo periférico, crise e transformação**, 1981), o que se verifica é que a incorporação do progresso técnico nos países centrais promoverá aumento da produtividade e melhoria dos salários e dos níveis de vida de seus trabalhadores, sem que necessariamente se traduza em preços mais baixos dos produtos exportados (manufaturados) para países subdesenvolvidos. Por outro lado, a incorporação do progresso técnico nos países subdesenvolvidos, ao contrário, contribuiria para

para uma explicação racional em que, não sendo auto-suficiente a maioria das nações, ao se depararem com algum nível de especialização natural em seus espaços econômicos, a produção mundial será mais elevada, à proporção que se especializam na produção da mercadoria que detém maior vantagem comparativa, ampliando seus ganhos e, conseqüentemente, os rendimentos econômicos internos. Ao que parece, essa realidade não se dá na mesma medida para aquelas nações consideradas menos desenvolvidas. A pergunta que se faz é: “Essas nações chegarão a uma fase compatível de desenvolvimento, ainda que venham revelar certo grau de crescimento econômico?” Ao que tudo indica, mesmo ocorrendo determinadas transferências, em níveis tecnológicos, por exemplo, em termos de especialização, essas serão de continuidade na produção e exportação de matérias-primas, alimentos etc., para os países desenvolvidos, em troca de manufaturas.

Muitos economistas exortam que as nações em desenvolvimento incorporarão um certo grau de dependência e subordinação aos países desenvolvidos, acarretando, além de uma diminuição no ritmo de incorporação da dinâmica industrial, uma impossibilidade de ampliar o bem-estar em longo prazo. Essa linha de pensamento decorre da crença de que a mão-de-obra não se qualifica, não há inovação tecnológica, os preços das exportações são instáveis e a renda da população não se eleva. Tal crença é reforçada pela observação de que as nações desenvolvidas são essencialmente industrializadas, enquanto aquelas menos desenvolvidas apresentam seu produto essencialmente composto de geração de matérias-primas, extração etc.

Ainda, decorrente desse enfoque, sustenta-se que as nações em desenvolvimento, ao atacarem a teoria tradicional do comércio como sendo estática e irrelevante para o desenvolvimento,

a redução dos preços dos produtos produzidos, sem que efetivamente se traduza em aumento de salários e/ou do nível de vida de seus trabalhadores. Dessa maneira, essa queda de preços dos produtos exportados por esses países em confronto com a elevação de preços dos produtos por eles importados produziria uma deterioração nas relações de troca, e, assim, os benefícios da incorporação do progresso técnico seriam transferidos, via preços relativos, para os países industrializados. Cf. SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. p. 486-487.

Sérgio Luiz Lacerda

conformariam apenas em um processo de ajuste aquilo que requer alteração das condições existentes.

Rebatendo os questionamentos vindos dessas nações, alguns teóricos contestam isso afirmando que a teoria tradicional do comércio pode ser imediatamente ampliada, tendo em vista mudanças de oferta nos fatores, na tecnologia e nos gostos, visto que, pela técnica da estática comparativa, o padrão de desenvolvimento de uma nação passa a ser determinado de forma efetiva, a partir de alterações das condições básicas, com o passar do tempo.

Acreditam, ainda, que, para dentro das nações em desenvolvimento, ocorre um deslocamento de vantagens comparativas, à medida que elas passam a acumular capital e aperfeiçoam tecnologia. Isto é, elas não vivem somente de exportações de produtos primários. A crença se amplia, uma vez que se demonstra o deslocamento, por meio do processo de industrialização ao incorporarem alguns avanços da tecnologia e dos benefícios das vantagens comparativas. Mesmo assim, a expansão da produção industrial não chega a representar sempre a melhor forma de utilização dos recursos escassos das nações em desenvolvimento.

A recente dimensão econômica do comércio internacional, para dentro dos países em desenvolvimento, reflete, de outra forma, a nova ordem econômica mundial no que toca de perto às questões hegemônicas dos Estados Unidos no mundo do pós-guerra até a atualidade. Merecem destaque nesse aspecto as novas concepções teóricas impostas sobre as relações internacionais, em que foram incorporados o peso e a influência das questões econômicas.

Com o advento dos “Estados comerciais”, o realismo passa a agrupar enfoque liberal, internacionalizante. As nações, ao se confrontarem, acabam por incorporar e revalorizar as questões econômicas na perspectiva realista, curiosamente sem contradizer a análise liberal-globalizante⁴. A realidade e a ação ajustam-se às forças do mercado na busca de maximização do lucro pela competitividade e pela eficiência. As teses do livre mercado para dentro da economia internacional liberal procuram garantir o crescimento sustentado e o bem-estar das nações.

⁴ GILPIN, R. *American policy in the post-Reagan era*. New York: Deadalus, 1987.

4 COMÉRCIO COMO ENGRENAGEM DE CRESCIMENTO

Tal modo de pensar não é recente. Quando se deu o crescimento industrial na Inglaterra, o comércio acabou realizando-se por transferências de regiões detentoras de matérias-primas e produtos básicos para o país europeu. Esse efeito gerou deslocamentos nas regiões denominadas assentamentos recentes (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina, entre outros), onde, com o crescimento das exportações, irrompeu-se uma rápida expansão econômica. Alguns teóricos asseguram que o comércio internacional, para essas regiões, funcionou como engrenagem de crescimento, durante o século XIX.

Sendo essas regiões ricas em recursos naturais, terras férteis, florestas e minerais, indiscutivelmente grande transferência de capital e de trabalho seria verificada. Fica evidente que, por conseqüência, aconteceria a incorporação de modelos de cidades e de sistemas de produção das localidades mais desenvolvidas. É duvidoso, portanto, assegurar algum mérito no que tange ao ajuste de algum modelo de crescimento econômico, porque, inevitavelmente, ocorreriam interferências na maioria dos setores econômicos dessas regiões.

A resultante disso não foi outro fator senão o das condições naturais favoráveis. Contudo a discussão paira, não no reflexo advindo dos efeitos conseqüentes, na capacidade de essas regiões produzirem um modelo de crescimento e desenvolvimento regional adequado. Sabe-se, por conseguinte, que, se a demanda desses países cresceu e cresceu mais que a renda, esta assumiu elevados níveis de concentração.

Quanto à oferta, afirmam os liberais que as nações em desenvolvimento, atualmente, são menos dotadas de recursos naturais do que aquelas conhecidas como regiões de assentamento recente. Por outro, encontram-se amplamente povoadas, de maneira que toda a produção de alimentos e de produtos primários acaba sendo na totalidade absorvida internamente.

Na realidade, verificou-se com o sistema de crescimento econômico acelerado que as nações em desenvolvimento foram deteriorando o setor agrícola em favor da industrialização, alteran-

Sérgio Luiz Lacerda

do as perspectivas das exportações e dando ênfase na exportação de manufaturas.

Ocorre que o livre mercado aloja em seu interior regras internacionais de distribuição de poder. Por mais livres que possam se apresentar às trocas internacionais, verifica-se que são arranjos entre Estados que se materializam por meio de empresas multinacionais e transnacionais. Vale dizer que o livre mercado não é voluntário. Por essa razão, a sustentação do poder está concentrada em um único Estado nacional, no mundo.

Entretanto a manutenção do equilíbrio econômico, na medida em que se fortalece o globalismo, com as nações indo ao encontro de novas realidades comerciais por intermédio da formação de blocos econômicos, deixa transparecer contradições inevitáveis, como a luta desigual: as desenvolvidas definem o livre mercado, como centro de seus interesses hegemônicos, para as menos desenvolvidas, ao mesmo tempo em que impõem altos índices de protecionismo.

O globalismo, diferentemente da teoria realista, sustenta que o comércio internacional liberal passa pela manutenção de um *status quo*, assegurando a continuidade do poder norte-americano na garantia da estabilidade internacional, porque, segundo seus defensores, a hegemonia e a liderança exercida por um único país facilitam a criação e o funcionamento de situações de equilíbrio e de cooperação.

Mais amiúde, as relações de comércio entre as nações não acontecem de forma tão ampla e aberta, como imaginam ou querem alguns teóricos, ainda que em certos momentos de determinadas economias, isso pareça ocorrer. Leve-se em consideração que há peculiaridades de respectivas as épocas, como mecanismo de juízo de valor. Isso mostra a necessidade de se examinar o processo de integração econômica no contexto do comércio internacional. Na medida em que as nações vão inovando tecnologicamente e aumentando seus coeficientes de produtividade, conseqüentemente, faz-se premente a compreensão, em primeiro plano, dos efeitos sobre as trocas, dos impedimentos e das restrições ao comércio, para então se compreender a eliminação dos obstáculos às trocas entre países de uma área integrada.

Em uma fase mais avançada de comércio, é preciso perce-

ber, por exemplo, que o simples fato da eliminação dos direitos aduaneiros no espaço econômico integrado não conduz ao aumento do bem-estar⁵. Até 1950, acreditava-se nessa possibilidade por causa da premissa que se ligava ao **ótimo de Pareto**⁶, ou seja, era considerada a formação de uma união aduaneira como uma etapa dirigida a favor do comércio livre e à maximização do bem-estar.

Ora, é preciso levar em conta que as mudanças nas conexões econômicas entre países são, de fato, alterações nas relações de poder entre eles, envolvendo conseqüências políticas que criam tensões na sustentação de toda e qualquer base comercial. Exemplos disso têm sido as constantes repercussões do comércio do aço (Brasil e Estados Unidos). Outra situação semelhante tem sido a recente crise entre Brasil e Canadá, no comércio de aeronaves.

Diante de tudo, deve-se apontar para a necessidade de os países resguardarem seus interesses, principalmente os menos desenvolvidos, sob pena do desequilíbrio e das contradições provocarem modificações indelévels no âmbito da economia mundial.

5 CONTRIBUIÇÕES DO COMÉRCIO PARA O DESENVOLVIMENTO

Muitos economistas afirmam que o comércio internacional pode trazer efetivos benefícios para as nações, inclusive na colaboração do desenvolvimento econômico, por isso acreditam que tais contribuições podem propiciar a ultrapassagem dos ganhos estáticos das vantagens comparativas.

A seguir estão destacados alguns dos indicadores que refletem o que pensam os teóricos da Economia Internacional Livre, segundo Dominick SALVATORE.⁷

⁵ A teoria da união aduaneira, elaborada em 1950 por Jacob Viner, caracteriza a **criação de comércio** e o **desvio de comércio** no local onde ocorrerão as alterações na produção, no consumo, na balança de pagamentos e na taxa de crescimento econômico.

⁶ A partir da alocação de recursos, a eficiência passa a ser distinta, à medida que a melhoria de um setor acaba por prejudicar outro.

⁷ SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000. p. 192.

Sérgio Luiz Lacerda

- a) O comércio internacional pode conduzir as nações à utilização plena dos fatores de produção.
- b) O comércio internacional conduz à expansão do tamanho de mercado, viabilizando a divisão do trabalho e as economias de escala.
- c) Através do comércio internacional é possível obter-se novas idéias, novas tecnologias, associadas à nova capacidade empresarial.
- d) Também estimula e facilita o fluxo internacional de capital dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, etc.⁸
- e) Finalizando, afirma que o comércio internacional é um importante instrumento de combate ao monopólio, ao estimular a eficiência por parte dos produtores internos, para enfrentarem a concorrência estrangeira.

Partindo-se da hipótese de que, em dado nível de eficiência interna, o comércio internacional induz os países a ampliarem suas fronteiras de possibilidades de produção, a partir do fluxo internacional de capital. A transferência de trabalho dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento suscita apenas interesses das matrizes multinacionais em empreenderem exclusiva dinamicidade aos investimentos produtivos e exploradores de trabalho.

Com base na teoria econômica, o mercado é perfeito quando propõe a existência de igualdade de ações e interações entre produtores e consumidores, a partir de considerações e pontuações teóricas e liberais. Dessa maneira, considerando-se o tamanho e as dimensões das empresas, principalmente no que tange ao modelo transnacional de corporação, a simples

... aritmética dos custos demonstra que as grandes corporações transnacionais levam uma vantagem – *comparativa e competitiva* – sobre as empresas que operam circunscritas aos limites do próprio território nacional, na mesma medida da diferença entre os respectivos tamanhos. Isso vale dizer que os mercados não são perfeitos, simplesmente como decorrência do tamanho das empresas. Para se demonstrar isto,

⁸ A partir da corrente de pensamento estruturalista, em que Hans W. Singer e Raul Prebisch se inserem, pode-se concluir que o fluxo internacional de capital acabaria por aprofundar a deterioração nos termos de troca dos países em desenvolvimento na relação produtos primários-produtos manufaturados, tendo em vista que nesses países há ainda a manutenção de alguma deficiência em termos de dualidade econômica. Mesmo assim, havendo um crescente interesse pelos países em desenvolvimento, no que toca a uma ampliação nos custos de oportunidades para ambos países, em uma análise de longo prazo, o que acaba por persistir é a legalização de um **monopólio transitório** nos países desenvolvidos, ampliando o fosso entre ricos e pobres.

observa-se que o custo de qualquer empresa é decomposto em uma parte fixa e de outra variável. Assim, de forma simplificada o perfil de custos, ou o custo total de um determinado produto, y^t , pode ser equacionado mediante uma função de reta:

$$y^t = ax + b, \text{ onde:}$$

y^t = custo total do produto em referência

x = quantidade produzida e vendida deste produto

a = custo variável unitário do produto

b = custos fixos totais imputados aquele produto.

Já o custo unitário y^u é, simplesmente, o custo total dividido pela quantidade produzida e vendida do produto:

$$y^u = (ax + b)/x, \text{ donde:}$$

$$y^u = a + b/x, \text{ ou ainda}$$

$$y^u = a + bx^{-1}$$

Ora, esta função é uma exponencial decendente. Por conseguinte, quanto maior for x (quantidade produzida e vendida), menor será y^u , o custo unitário. Isto mostra que, quanto maior for a empresa, no sentido da maior quantidade produzida e vendida, menor será o seu custo unitário, de vez que os custos fixos são sempre muito menos do que proporcionais à quantidade produzida e vendida. Portanto, em nenhuma condição real de operação, a empresa que atue apenas dentro dos limites territoriais do seu estado, terá condições de competir com o transnacionalismo que age globalmente.⁹

Dessa maneira, considerando-se que as regras de comércio são intrínsecas ao poder hegemônico do Estado aliado à capacidade empresarial das empresas estrangeiras, ainda que ocorram transferências e deslocamentos de possibilidades de produção, a questão do **monopólio transitório** não é resolvida, o que explica um fato muito realista: “a liberdade comercial propalada pelas teorias do comércio internacional não se realiza”¹⁰. Convém ressaltar os aspectos relativos à estrutura econômica dualista, que

⁹ LUCHEA, C. J. A relação custo-volume-lucro. **Revista Visão Global**, São Miguel do Oeste, Universidade do Oeste de Santa Catarina, ano 3, n. 7, mar. 1999.

¹⁰ As inovações tecnológicas que surgem nos países desenvolvidos dão-lhes o **monopólio transitório** da produção e exportações de novos produtos. À medida que vão se padronizando, **podem** ser produzidos em outros locais e, com isso, tendem a se transferir para os países em desenvolvimento, atraídos por menores custos de produção, particularmente, mão-de-obra.

Sérgio Luiz Lacerda

não se modifica pelo simples fato de se ampliarem as relações de comércio entre a nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Conforme Eduardo Raposo de MEDEIROS,

... um setor capitalista, que se divide em capitalismo interno industrial e capitalismo estrangeiro, de característica dominante, o sentido de dominação internacional “suga” os países em desenvolvimento, quer do ponto de vista da orientação das atividades, quer do ponto de vista da distribuição dos rendimentos. Por isso, então, a desarticulação da economia do país em desenvolvimento é feita com transferência dos ganhos para as empresas estrangeiras nele implantadas.¹¹

Contudo, não há discordância entre alguns teóricos sobre essa afirmação, principalmente no que se refere aos ganhos de comércio, a partir da estática das vantagens comparativas. **Se a nação em desenvolvimento perceber que não irá obter a parcela de ganho pretendida, pode se recusar a comerciar.** Seu reconhecimento será verificado, se a maior parte dos ganhos resultarem em maiores parcelas de benefícios para os países desenvolvidos. O desconforto, a insatisfação dos países em desenvolvimento e as reivindicações de correção serão inevitáveis, ainda que, na opinião da maioria desses teóricos, tais incidentes não diminuam, muito menos eliminem, a validade do comércio internacional.

Dessa maneira, os economistas liberais procuram explicar que há uma relação entre o comércio internacional e o crescimento econômico com desenvolvimento, no longo prazo, e que, a partir dessa perspectiva, é possível ampliar os componentes teóricos que validam a compreensão sobre o fenômeno.

6 TEORIA DO CRESCIMENTO ENDÓGENO – VERTENTE PARA EXPLICAR O COMÉRCIO INTER- NACIONAL MODERNO

Procurando explicar que há uma ampliação nas relações de comércio e crescimento econômico com desenvolvimento, no longo prazo, a nova teoria do crescimento econômico quer revelar

¹¹ MEDEIROS, E. R. de. **Economia internacional**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais, 2000. p. 309.

que, se as nações reduzirem suas barreiras comerciais, agilizarão a taxa de crescimento econômico com desenvolvimento.

Essa nova teoria procura revelar que alguns efeitos são, possivelmente, encontrados na maioria dos países. Dominick SALVATORE, em sua obra *Economia internacional*, relaciona alguns efeitos que são transcritos a seguir e que servirão de base para análise e crítica.

- a) Ocorrerá uma rápida absorção de tecnologia desenvolvida pelas nações mais avançadas, ao invés de manter-se apenas a abertura comercial.
- b) Os benefícios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) se transferirão.
- c) Ampliarão as economias de escala de produção.
- d) Reduzirão as distorções de preços o que acarretará a uma utilização mais eficiente dos fatores de produção.
- e) Ocorrerá maior estímulo a especialização e eficiência na produção de bens intermediários e
- f) levará a uma introdução mais ágil de novos produtos e serviços.¹²

Na concepção dos economistas liberais (Dominick Salvatore, em específico), a nova teoria é mais rigorosa e detalhada, em relação às clássicas que eram menos eventuais, porque, interpretando e detalhando as mudanças tecnológicas endógenas, acaba por definir e gerar externalidades¹³ que superam qualquer propensão à obtenção de rendimentos decrescentes com referência à acumulação de capital.

Por outro lado, esses mesmos teóricos afirmam que os estudos empíricos não são capazes de testar, em pormenores, os canais específicos que fazem do comércio um representante fiel do crescimento econômico e desenvolvimento mais rápido no longo prazo. O maior exemplo disso, segundo suas afirmações, foi o crescimento do Leste Asiático, onde importantes aumentos nas taxas do PIB foram verificados. No período 1980-1990, a taxa registrada foi de 7,8% ao ano e, no período de 1990-1994, de 7,6%. As exportações foram as responsáveis por esse incremen-

¹² SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2000. p. 195.

¹³ Externalidades representam influências de fatores externos nos custos e receitas das empresas. Por exemplo, uma indústria química poluidora de rios impõe externalidades negativas à indústria pesqueira. In: VASCONCELLOS, M. A. S.; TROSTER, L. R. **Economia básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Sérgio Luiz Lacerda

to, ajustadas a importantes volumes de poupança e investimentos, seguido de importantes estímulos à educação e ao treinamento de mão-de-obra, com a adoção de novas tecnologias e a industrialização da agricultura.

Avançando, para uma análise mais aprofundada do comércio internacional, no tocante ao fato de que, efetivamente, as nações menos desenvolvidas sofrem ou não a deterioração dos termos de troca, em comparação às desenvolvidas, e, diante de sua aplicabilidade e das críticas de alguns teóricos sobre o assunto, segue-se a apresentação do modelo básico desenvolvido por Dominick SALVATORE, na obra *Economia internacional*.

7 TERMOS DE TROCA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dentre os diversos termos de troca existentes, Dominick SALVATORE não é diferente dos demais economistas, ao se basear na teoria econômica clássica, conceituando o sentido clássico de **termos de troca das mercadorias** ou **comércio líquido**:

N – os termos de troca das mercadorias;

PX – a relação entre o índice de preços das exportações da nação;

PM – o índice de preços de suas importações.

Assim, tem-se a expressão matemática:

$$N = (PX / PM) \cdot 100$$

Segundo Eduardo Raposo de MEDEIROS, a **deterioração dos termos de troca** “expressa a relação de equivalência entre a quantidade de produto ou de fatores afetos aos fluxos de exportação e a quantidade de produto ou de fatores obtidos pelo país através do exterior.”¹⁴

¹⁴ MEDEIROS, E. R. de. **Economia internacional**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.

Dominick SALVATORE amplia a análise desse indicador de comércio, com a determinação dos **termos de troca de renda** de uma nação, procurando revelar a capacidade de importação de um Estado com base nas exportações, tendo em vista que grande parte dos bens de capital é importada. Acredita ainda que a medida dos termos de troca pode ser aumentada, ao se conhecerem os índices de produtividade das exportações e das importações e aplicá-los aos **termos de troca para um ou mais fatores**.

Dominick SALVATORE também afirma que, sem dúvida, os três indicadores podem apresentar índices de crescimento uniforme. Para ele, o que poderia revelar algum sintoma de empobrecimento seria a fato de os três indicadores não apresentarem crescimento algum ou se reduzirem. Nesse caso, os termos de troca se deterioraram.

Na verdade, Dominick SALVATORE, em sua tese, procura rebater as de PREBISCH e de SINGER, ao afirmarem que os aumentos da produtividade do trabalho, sendo repassados aos salários dos trabalhadores dos países desenvolvidos, deterioraram os preços internos das mercadorias dos países em desenvolvimento. Contesta que, se todos os aumentos de produtividade se refletissem em preços inferiores das mercadorias, nas nações desenvolvidas como nas em desenvolvimento, os termos de troca das nações em desenvolvimento melhorariam com o tempo. Para ele, os detentores da tese tiveram dificuldades de avaliação tanto no campo teórico quanto no prático.

PREBISCH e SINGER, por meio de um estudo realizado na ONU, em 1949, revelaram que o Reino Unido, ao importar matérias-primas e alimentos dos países em desenvolvimento, registrava aumentos nos termos de troca e que, ao exportar suas manufaturas para esses países, registrava queda nos seus termos de troca.

A contestação de Dominick SALVATORE fundamenta-se no fato de que

- ... (1) a redução relativa nos preços das matérias-primas e alimentos produzidos pelos países em desenvolvimento foi fruto de uma drástica queda nos custos do transporte marítimo na época, e não por causa dos preços relativos inferiores obtidos pelas nações em desenvolvimento. (2) Os preços das mercadorias exportadas (manufaturas) aumentaram em relação aos produtos primários, porque foi incorporado maior aperfeiçoamento na sua produção, ampliando, assim, qualidade.¹⁵

¹⁵ SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1998. p. 197.

Sérgio Luiz Lacerda

Dominick SALVATORE procura comprovar que as nações acabam por se especializar em tudo, ou seja,

... (3) os países desenvolvidos também passam a produzir e exportar mercadorias primárias e os em desenvolvimento, ao aprenderem a produção de manufaturas, também passam a exportá-las. Dessa maneira, a determinação dos termos de troca, no sentido de se interpretar seu índice, fica um tanto comprometida.¹⁶

Concluindo, ele acaba por afirmar, que

... (4) o período de análise refletia uma época de recessão, em que os preços dos produtos primários se apresentavam em queda e que, com isso, o aumento dos termos de troca para o Reino Unido e a diminuição dos termos de troca para os países em desenvolvimento, foram superestimados. Afirma ainda, que o Banco Mundial, em 1988, acabava por delimitar uma queda nos termos de troca de produtos primários e manufaturados em cerca de 0,6% por ano, no período de 1900-1986 e desde 1953.¹⁷

Na seqüência, para uma série de sete anos (a partir de 1994), levantou-se valor e *quantum* das exportações e importações brasileiras e aplicou-se o método preconizado por Dominick SALVATORE, procurando-se testá-lo em resultados verificados ao longo do período determinado.

TABELA 1 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS, EM US\$ MILHÕES FOB, PERÍODO 1994 A 2000

ANO	EUA*	ÁSIA**	UNIÃO EUROPÉIA	ALADI	DEMAIS	TOTAL
1994	8.951	7.047	11.812	9745	5.990	43.545
1995	8.798	8.192	112.912	9.975	6.629	46.506
1996	9.312	7.814	12.826	10.928	6.857	47.747
1997	9.407	7.730	14.513	13.599	7.741	52.990
1998	9.872	5.616	14.748	13.327	7.577	51.140
1999	10.849	5.732	13.736	10.494	7.200	48.011
2000	13.366	6.324	14.784	12.902	7.710	55.086

FONTE: SECEX (*), inclusive Porto Rico; (**) exceto Oriente Médio

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 197.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 197.

TABELA 2 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONÔMICOS, EM US\$ MILHÕES FOB, PERÍODO 1994 A 2000

ANO	EUA*	ÁSIA**	UNIÃO EUROPEIA	ALADI	DEMAIS	TOTAL
1994	6.787	4.973	8.385	6.327	6.607	33.078
1995	10.530	8.242	13.798	9.965	7.438	49.972
1996	11.865	7.590	14.120	11.582	8.144	53.301
1997	13.901	9.040	15.874	13.113	7.819	59.747
1998	13.695	7.885	16.847	12.357	6.946	57.730
1999	11.880	6.477	15.022	9.460	6.433	49.272
2000	13.002	8.593	14.048	11.660	8.480	55.783

FONTE: SECEX (*), inclusive Porto Rico; (**) exceto Oriente Médio

TABELA 3 – ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, PERÍODO 1994 A 1999 E JANEIRO 2000 A NOVEMBRO 2000

ANOS	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		TOTAL GERAL	
	preço	quantum	preço	quantum	preço	quantum	preço	quantum
1994	88,3	102,8	92,8	88,9	86,3	109,6	88,0	103,7
1995	92,3	97,6	114,9	95,3	99,4	97,4	100,0	97,4
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1997	108,0	112,6	98,5	99,9	98,1	112,7	100,7	110,2
1998	90,7	120,2	91,0	103,5	96,8	115,0	93,9	114,0
1999	76,1	136,6	76,6	121,0	86,3	119,9	81,9	122,8
jan.2000	74,8	95,3	82,8	109,5	86,2	106,1	83,0	104,2
fev.	75,4	94,1	85,6	120,9	84,9	137,0	82,9	124,5
mar.	74,6	119,1	84,7	112,4	86,7	147,3	83,8	133,7
abr.	75,0	145,4	83,7	100,1	85,8	127,4	83,0	126,1
maio	75,2	177,5	86,6	109,8	88,1	149,1	84,4	150,2
jun.	75,0	167,6	87,3	106,5	86,2	147,4	83,8	145,3
jul.	76,0	170,6	89,0	116,9	87,9	147,1	85,3	146,9
ago.	73,3	193,9	87,6	125,8	92,1	159,2	86,5	159,8
set.	72,3	138,8	88,5	112,4	90,1	146,2	85,5	138,3
out.	72,6	146,3	88,7	108,6	86,6	146,4	83,7	138,8
nov.	73,2	141,1	85,8	118,6	86,3	132,8	83,5	131,6

FONTE: FUNCEX – base: 1996 = 100

Sérgio Luiz Lacerda

TABELA 4 – ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS, PERÍODO 1994 A 1999 E JANEIRO 2000 A NOVEMBRO 2000

ANOS	BENS DE CAPITAL		INTERMEDIÁRIOS		BENS DE CONSUMO DURÁVEIS		BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS		COMBUSTÍVEIS		TOTAL GERAL	
	preço	quantum	preço	quantum	preço	quantum	preço	quantum	preço	quantum	preço	quantum
1994	111,4	47,6	114,4	57,6	94,7	84,3	113,2	42,6	82,1	84,5	108,2	57,4
1995	101,4	86,1	119,9	77,8	95,2	168,5	111,6	84,8	93,4	87,3	110,7	84,7
1996	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1997	99,5	125,1	106,6	104,2	100,3	143,3	115,7	92,6	114,2	84,5	106,5	105,5
1998	99,8	121,5	101,4	109,4	103,4	137,1	118,5	93,0	77,7	86,4	100,9	107,4
1999	101,0	97,2	99,8	100,2	101,0	69,0	113,1	72,0	93,7	79,9	101,2	91,2
jan. 2000	103,1	70,5	94,6	98,4	96,5	32,9	106,7	63,8	136,7	52,8	102,1	78,4
fev.	96,7	90,3	92,2	111,7	91,9	41,9	99,5	69,4	146,9	62,1	99,5	91,2
mar.	94,5	87,4	92,3	122,8	100,5	65,1	100,4	75,5	159,3	70,3	100,9	98,9
abr.	96,3	87,8	92,7	108,3	96,1	54,0	104,5	61,7	158,1	60,5	101,5	88,3
maio	103,1	87,5	91,6	130,8	93,1	68,4	103,5	68,3	141,1	87,3	100,9	104,5
jun.	102,2	87,2	91,3	128,2	95,8	68,5	105,8	57,1	154,0	82,8	102,0	101,3
jul.	105,1	91,6	90,7	137,4	96,1	71,4	107,0	74,9	158,8	73,4	102,2	107,3
ago.	94,8	108,8	89,6	151,0	96,8	79,2	105,5	79,5	160,1	95,3	99,9	121,7
set.	102,9	98,0	90,1	139,3	97,2	112,9	103,1	74,2	167,5	72,6	101,7	111,3
out.	106,8	91,0	92,4	138,6	91,1	86,7	98,1	78,9	180,1	83,2	104,9	110,3
nov.	101,1	96,5	90,5	136,2	94,1	95,8	96,3	82,9	179,1	76,0	102,1	110,2

FONTE: FUNCEX – base: 1996 = 100

TABELA 5 – ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO SEGUNDO AS ATIVIDADES NA INDÚSTRIA, PERÍODO 1994 A 2000*

ATIVIDADES ¹	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
extrativa mineral ²	119,4	111,5	100,0	99,2	99,7	96,4	94,6
extração de petróleo e gás natural, outro	114,4	116,7	100,0	94,7	88,2	87,3	85,4
ind. de transformação	104,2	103,7	100,0	97,6	91,8	88,2	86,3
TOTAL	104,5	103,9	100,0	97,7	92,0	88,4	83,9

FONTE: IBGE – Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais

(*) Estimativa realizada pelo autor

¹ Não inclui serviços industriais de utilidade pública e construção civil.² Exceto combustíveis

Base: 1996 = 100

Interpretando-se os números coletados, fazem-se necessárias algumas recomendações de ordem metodológica, na busca de

compreensão empírica para as análises que serão feitas a seguir.

Foram utilizados quatro métodos específicos para medir a **deterioração dos termos de troca** na economia brasileira – no período de 1994 a 2000.

O primeiro método, conhecido como **termos de troca das mercadorias ou comércio líquido (N)**, é uma relação estabelecida entre os índices de preços das exportações (P_X) e das importações (P_M). Sua representação dá-se pela fórmula: $N = (P_X/P_M) \cdot 100$

O segundo método, **termos de troca de renda (I)**, revela a relação entre os índices de preços das exportações (P_X) e das importações (P_M) com o *quantum* exportado em um período determinado, no caso 1994 a 2000. Sua representação dá-se pela fórmula: $I = (P_X/P_M) \cdot Q_X$

O terceiro método, **termos de troca de um fator (S)**, estabelece a relação entre os índices de preços das exportações (P_X), das importações (P_M) e o índice de produtividade das exportações (Z_X). Sua fórmula¹⁸ é:

$$S = (P_X/P_M) \cdot Z_X$$

O quarto e último método, **termos de troca de dois fatores**, reflete a relação entre os índices de preços das exportações (P_X), das importações (P_M) e os índices de produtividade das exportações (Z_X) e das importações (Z_M). Sua fórmula pode ser representada da seguinte maneira:

$$D = (P_X/P_M) \cdot (Z_X/Z_M) \cdot 100$$

A tabela 6, a seguir, demonstra os índices de deterioração de troca, no período determinado, impondo algumas considerações que devem ser feitas. Para os **termos de troca das mercadorias ou comércio líquido**, a deterioração dos preços das exportações, por exemplo, para 1994, foi de 18,7% em relação aos preços das importações. Observando a tabela 6, percebe-se uma queda nos anos seguintes, com índices elevados para 1999 e 2000. Ainda que caracterize fortes momentos de apreciação da moeda corrente, não se verifica tendência em se ampliar a competitividade externa do Brasil.

Quanto aos **termos de troca de renda**, observa-se que a

¹⁸ Para o cálculo do índice de produtividade das exportações e das importações, foram determinados os índices de pessoal ocupado, segundo as atividades na indústria, período 1994 a 2000. Ver tabela 5.

Sérgio Luiz Lacerda

economia brasileira é inconsistente em relação à capacidade de importação com base nas exportações. Apenas em 2000 é que o índice revela uma certa magnitude (+12,8). Como esse índice revela a necessidade de importação de bens de capital (característica específica de países em desenvolvimento), verifica-se aí o momento de maior predisposição dos centros industriais em intensificar esforços no sentido de investimentos modernizantes. Os ingressos de investimentos diretos, inclusive as privatizações para os anos de 1999 e 2000, registraram cifras da ordem de US\$ 29,9 bilhões a US\$ 30,5 bilhões. Para a formação bruta de capital fixo, a preços correntes, de origem nacional, registra-se queda nos índices (1988, 59,4%; em 199, 54,1%). Já no de origem importada registra elevação nos índices (1998, 40,6%; 1999, 45,9%).

Para os **termos de troca de um fator**, verifica-se que a economia brasileira, somente em 1997, obteve 0,8% a mais de importações por unidade dos fatores de produção incorporados às suas exportações do que para os demais anos. Cabe ressaltar, porém, que para a determinação do índice é considerada a produtividade do setor das exportações. Sob esse aspecto levaram-se em conta os índices de pessoal ocupado na maioria das atividades industriais do País, com quedas acentuadas, tendo em vista a diminuição na oferta de empregos nas empresas brasileiras. Ainda que a questão tenha gerado algum reflexo degenerativo na conformação dos índices, os de preços das exportações vêm decrescendo.

Contudo, ao se observar a tabela 3 – “Índices de preços e *quantum* de exportações brasileiras no período 1994 a 2000”, percebe-se que somente em 2000 o índice de *quantum* brasileiro exportado passou a registrar um nível aceitável (122,8).

Não se deve perder de vista que nos últimos 40 anos a economia brasileira modificou sua curva de transformação de 85,4% – produtos básicos na sua pauta de exportação, em 1964 (quando as manufaturas representavam tão-somente 6,2%) – para 58,2% nos produtos manufaturados, tendo apenas 14,1% de responsabilidades sobre os básicos, de janeiro/abril de 2001.

O último indicador, conhecido como **termos de troca para dois fatores**, mede quantas unidades dos fatores de produção incorporados às exportações da nação são trocados por unidade

de fatores estrangeiros incorporados às suas importações. Depreende-se disso que o índice de produtividade do setor de importações do Brasil (Z_M) vem registrando acréscimos, de 1994 a 2000. Os incrementos têm-se verificado de 3,5%, em 1994, para 21,1%, em 2000. Isso indica que ocorre uma incorporação de produtos importados na produção industrial brasileira. Entretanto, o que torna de certa forma complexa a análise, revelando um grau acentuado de deterioração, indiscutivelmente se reporta a dois casos em específico. Inicialmente, o fato de que se o índice de produtividade do setor de exportações do Brasil (Z_X), no mesmo período de levantamento, se caracteriza por um potencial de queda, ainda que o nível de ocupação do trabalho venha declinando. A elevação do nível de produtividade das importações não beneficia os preços relativos externos; pior: mantém estável o déficit comercial de curto prazo.

TABELA 6 – ÍNDICES DE DETERIORAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TROCA DO MERCADO INTERNACIONAL BRASILEIRO PARA O PERÍODO 1994 A 2000

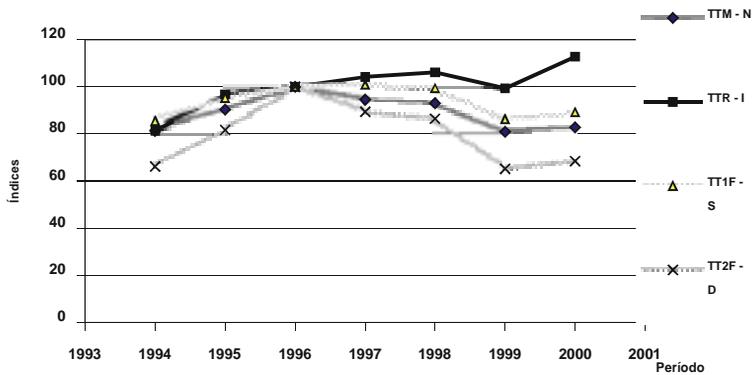
PERÍODOS	TERMOS DE TROCA DE MERCADORIAS		TERMOS DE TROCA DE RENDA		TERMOS DE TROCA DE UM FATOR		TERMOS DE TROCA DE DOIS FATORES	
	N	X ¹	I	X ¹	S	X ¹	D	X ¹
1994	81,33	-18,7	81,34	-15,7	85,45	-14,6	66,17	-33,8
1995	90,33	-9,67	96,72	-3,28	95,25	-4,75	81,68	-18,3
1996	100,0		100,0		100,0		100,0	
1997	94,55	-5,5	104,2	+4,20	100,8	+0,8	89,44	-10,6
1998	93,06	-6,9	106,1	+6,3	99,35	-0,7	86,45	-13,6
1999	80,93	-19,1	99,38	-0,6	86,27	-13,7	65,24	-34,7
2000	82,78	-17,2	112,8	+12,8	89,18	-10,8	68,49	-31,5

FONTE: dados de levantamento e cálculo realizados pelo autor

X¹: decréscimos nas exportações, ora em relação à renda, ora em relação às importações, e nas importações sobre produtos de origem importada que incorpora as mercadorias de exportação.

Sérgio Luiz Lacerda

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DOS TERMOS DE TROCA – MERCADORIAS, RENDA, UM FATOR E DOIS FATORES (1994-2000)

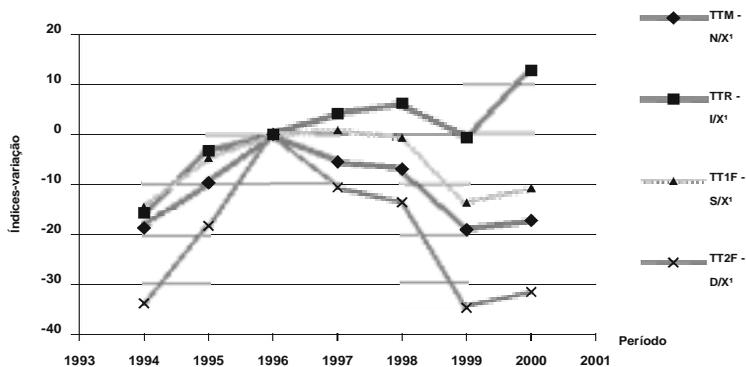


Pelo gráfico 1, é possível concluir-se uma tendência de queda para os índices a partir de 1996. Também se verifica no gráfico 2, pelas variações dos índices, a mesma tendência.

Acredita-se que essa possibilidade de alteração do quadro de dependência é resultante dos efeitos da globalização, que indistintamente acaba por exigir da maioria das nações ajustes nos setores produtivos, para fazer frente à mobilidade dos investimentos externos diretos, de um lado, porque financia as economias, de outro, porque viabiliza meios para o crescimento das inversões transnacionais.

Com efeito, essa performance apenas muda o eixo da dependência, no que fortalece os sistemas de monopólios mundiais.

GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE TERMOS DE TROCA – MERCADORIAS, RENDA, UM FATOR E DOIS FATORES (1994-2000)



8 CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

Uma vez que a especialização advinda do comércio internacional poderá atingir todas as nações indistintamente, como é entendido pelos neoliberais globalistas, colocar em evidência a manifestação da produtividade em níveis de desigualdade para dentro das nações menos desenvolvidas significaria o aprofundamento da dependência econômica, haja vista os efeitos da concorrência não ocorrerem de imediato. Os globalistas crêem que no longo prazo esse fato possa se reverter.

Para esses teóricos, não acarretaria prejuízo algum, se, por questões de rentabilidade, uma empresa nacional menos competitiva fosse “abocanhada” por outra mais competitiva. Essa situação seria percebida como uma necessidade de ganhar competitividade e de atender aos exigidos padrões de consumo.

Dessa forma, a livre concorrência acabaria, de um lado, possibilitando o consumo de produtos de melhor qualidade a preços inferiores e, de outro, a introdução de novas tecnologias de médio e longo prazo. A reboque, viria a melhoria das organizações e do trabalho.

Não é possível acatar uma realidade dessa natureza sem questionar a perda dos espaços soberanos das nações menos desenvolvidas, por exemplo, para a transnacionalidade. É que a movimentação de capitais no mundo dá-se, de um lado, conforme leis próprias, em que a estabilidade econômica da maioria dos países (principalmente os menos desenvolvidos), ao invés de se tornar um instrumento de regulação interna da oferta e da demanda agregadas, transforma-se em um mecanismo de garantia à especulação externa predatória. De outro, assegura as bases para se atingirem dois objetivos: a sustentação de um regime internacional liberal e a manutenção de um relativo *status quo* que se percebe na continuidade do poder norte-americano: a garantia da estabilidade internacional.

De qualquer maneira, se evidencia a percepção de que as mudanças nas relações econômicas entre países imprimem alterações nas estruturas de poder entre eles, causando consequências políticas que geram tensões na manutenção do sistema, na sua amplitude.

De conformidade com os realistas, como não poderia ser

Sérgio Luiz Lacerda

diferente, é de imaginar que a sustentação do interesse nacional deva ficar acima dos interesses internacionais, na medida em que somente dessa forma se poderá garantir o equilíbrio e a universalização de outros valores desejados.¹⁹

Toda essa discussão paira no questionamento da dependência que se manifesta sob várias formas, ou seja, desde aquelas que dizem respeito às multinacionais, que exploram os espaços econômicos nacionais, à importação de bens manufaturados e de serviços, até os ingressos de capitais externos.

Partindo-se dos aspectos intrínsecos ao comércio internacional e ao já analisado **monopólio transitório**, o que se prende a uma análise mais aprimorada sobre o processo de comércio internacional, como gerador de crescimento com desenvolvimento, é a manutenção de um **círculo vicioso de diferenças**. A expressão conduz à idéia de que existem mecanismos muito fortes instituídos que impedem que países em desenvolvimento ultrapassem a condição de **emergentes**, em que possa ocorrer um aumento no nível de atividade econômica que os equipare aos mesmos níveis das nações desenvolvidas. Chega-se à impressão de que os países mais pobres (em desenvolvimento) “habituarão-se” a uma espécie de “equilíbrio das diferenças”.

Na análise do círculo vicioso, pode-se apontar os seguintes aspectos: essas economias apresentam (1) baixo investimento com dependência ao capital externo, (2) imperfeições de mercado com deficiência de capital, (3) poupança sempre insuficiente aliada a déficit público crônico.

O que se depreende disso é que da produção total pouco ou quase nada sobra depois de satisfeita a necessidade de consumo. Daí, ser premente a abertura comercial, precedida de importante volume de capital externo, como instrumento financiador de curto prazo das estruturas internas e dos déficits do governo, como é o caso do Brasil.

O que se pode considerar como mais grave para dentro de nações ainda em desenvolvimento é o fato de ser um problema que se coloca em termos de estrutura social.

¹⁹ VIGEVAI, T.; VEIGA, J. P. C.; MARIANO, K. L. P. Realismo versus globalismo nas relações internacionais. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, n. 34, Fronteiras, 1994, p. 12.

Em um sentido mais específico, considerando-se os aspectos da estratificação social como fenômeno inerente a toda a sociedade, em destaque a formação de classes, compreende-se que o crescimento e o desenvolvimento econômico dão-se dentro do processo capitalista com a geração ou manutenção de classe média que amplia ou mantém distante a grande burguesia das massas de trabalhadores. Considerando essa questão, as diferenças estruturais acabam por se transformar em principal responsável pela existência de diferenças entre as nações desenvolvidas e aquelas em desenvolvimento.²⁰

Sob esse aspecto, a sociedade em desenvolvimento forma sua estrutura social dentro de procedimentos duais, ou seja:

- a) no vértice da classe dominante, encontram-se vários grupos de interesses que nem sempre são coincidentes;
- b) acabam por deter o monopólio do poder;
- c) os setores de serviços, com todas as modificações do mundo global, são mantidos em níveis mais baixos, haja vista os índices de salários de seus trabalhadores, se comparados com os da indústria;
- d) a crescente ilusão dos grandes centros urbanos que, ao agregarem valores das indústrias, provocam êxodo permanente e deformações estruturais contínuas na sua organização socioeconômica.

Independentemente do que foi exposto, como característica interna às nações em desenvolvimento, devem ser lembradas as flutuações de curto prazo nos preços de suas exportações, que vêm em prejuízo de seu desenvolvimento. É muito comum que essas nações registrem importantes flutuações nos preços de suas exportações primárias, pelo fato de que a demanda e a oferta dos produtos primários são inelásticos e instáveis.

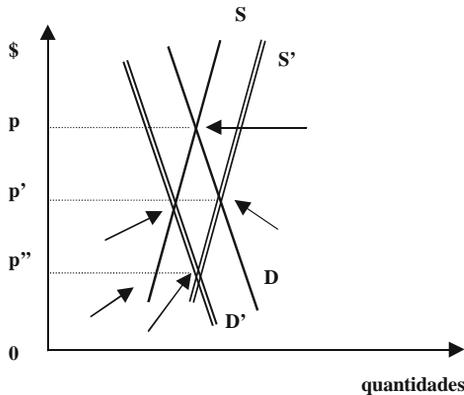
A teoria econômica demonstra que, para oferta e demanda inelásticas, as variações nas quantidades ofertadas e pretendidas são poucos sensíveis às alterações de preços, isto é, os preços dos produtos agrícolas, por exemplo, necessitam variar muito, para

²⁰ FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1969.

Sérgio Luiz Lacerda

que o consumidor se sinta estimulado a adquirir alguma percentagem acima do que já faz normalmente.

O gráfico a seguir explica tal situação.



Tal gráfico revela que demanda e oferta inelásticas e instáveis de exportações primárias das nações em desenvolvimento podem levar a importantes flutuações nos preços de suas exportações.

Teóricos procuram explicar que inelasticidade e instabilidade para os países em desenvolvimento ocorrem a partir do fato de que, (1) nos lares individuais dos países em desenvolvimento, os consumidores destinam uma pequena parcela de suas rendas para o consumo de mercadorias primárias. Assim, se ocorrer uma elevação nos preços dessas mercadorias, esses consumidores não aumentarão de forma significativa seu consumo, até porque ninguém consome arroz além do habitual. Além disso, (2) as mercadorias primárias oferecem poucos equivalentes próximos, impossibilitando a realização de substituições que intensificam o consumo.

Diante disso, é natural que as nações em desenvolvimento desejem industrializar-se. Dos anos 50 aos 70 (século XX), a maioria dos países em desenvolvimento empreendeu esforços na substituição de produtos primários pela produção industrial. Acreditavam que os benefícios da aceleração econômica, para gerar o crescimento, trariam vantagens para toda a sociedade, sem distinções. Imaginavam, por conseguinte, um progresso tecnológico mais rápido, geração de empregos com remunerações mais elevadas e termos de troca crescente com rendimentos de exportações mais estáveis.

Nem todas as nações, porém, foram adeptas do modelo de substituição de importações. Algumas se adaptaram a um modelo de industrialização mais orientada para as exportações, pela crença de que ampliariam suas potencialidades, por meio de mercados mais abertos ao capital internacional e competitivo.

O esforço das nações em desenvolvimento em buscar o crescimento, por intermédio do processo de substituição de importações, conduziu-as à forte proteção e aos subsídios, acarretando a intensividade excessiva de capital com absorção relativamente reduzida de mão-de-obra. Ainda que se buscasse melhorar o mercado interno e reduzir a dependência da economia mundial, os resultados foram muitas vezes inferiores às expectativas, forçando-se a crer nos motivos da concentração do poder e na elitização dos domínios econômicos para as facções mais cosmopolitas desses países, que imprimiram uma tradição menos nacionalista aos rumos das nações menos desenvolvidas. Não se pode negar a concepção histórica de formação dessas sociedades, sob a característica escravista, que propõe medidas servis na condução dos aparatos econômicos e sociais, isto é, servis das pessoas comuns para seus dirigentes e deles para as nações desenvolvidas (como é manipulado o capital externo especulativo, atualmente).

Os defensores da corrente globalista liberal, advogando o comércio livre, acreditam que o resultado geral das nações em desenvolvimento, enfatizando a industrialização por meio da substituição de importações, foi mais malsucedido e cresceu em ritmo muito mais lento do que aquelas, que, a partir do início de 1950, seguiram uma estratégia orientada para as exportações.

Portanto, nações que no período de 1950 a 1980 adotaram o programa de substituição de importações, por causa dos elevados déficits e importantes crise na dívida externa, foram obrigadas a impor uma ampla e irrestrita abertura comercial, em que as reformas envolveram uma drástica redução e simplificação dos índices tarifários médios e das restrições quantitativas às importações. O Brasil na atualidade, como demonstram alguns números, obteve e, ainda, continua obtendo das importações ritmos de modernização de seu parque industrial, diante da globalização.

As mudanças internas que levaram à política de exportação resultaram de um sofisticado intervencionismo, com auxílio de políticas industriais complexas e de amplas ações de governo à

Sérgio Luiz Lacerda

pesquisa e inovação. O fato é que, se os resultados permitiram que essas nações ultrapassassem as fases do subdesenvolvimento, os caminhos foram diversos. A Coréia do Sul, por exemplo, foi fortemente intervencionista, promovendo os grandes conglomerados de natureza familiar (*chaebols*). Taiwan expandiu-se com pequenas empresas. Hong Kong aderiu às virtudes do mercado livre, com pouquíssima intervenção governamental. Em alguns países latino-americanos, como Brasil e Argentina, as transformações foram reduto para uma ampla e irrestrita política de privatizações. Já os aspectos educacionais, a exemplo dos países asiáticos, não foram acompanhados nos níveis necessários indicativos de desenvolvimento.

9 CONCLUSÃO

O comércio internacional apresenta perspectivas desenvolvimentistas a partir da concepção estática, uma vez que na sua dinâmica nada mais incorpora senão relações de poder hegemônico de nações desenvolvidas a traçarem o dinamismo de seu crescimento econômico interno, ocasionando a dependência. Basta sintonizar as questões que se ligam aos propósitos de monopólio transitório, em que impedem uma relação econômica mais aberta e regulada ao sabor de interesses diversos.

A teoria endógena pode equalizar os diferentes níveis de crescimento econômico apenas estabelecendo uma relação entre os efeitos encontrados, em muitos países, como sendo intrínsecos ao desejo de desenvolver, ou a incorporação de mecanismos que levaram a isso e à rolagem natural dos acontecimentos em vantagens que seriam adquiridas indistintamente com os esforços ou com o preço das diferenças.

Os índices de deterioração nos termos de troca encontrados, ainda que confirmem o embasamento da teoria econômica, que afinem discussões e divergências em torno da consistência analítica de tais indicadores, fundamentam a sintonia fina do reconhecimento das diferenças nas características do regionalismo e não nas evidências de uma desigualdade irremediável, possível de ser explicada por critérios simplesmente quantitativos ou por estratégias de horizontalidade das causas da “má formação econômica”,

ou por um território nacional atingir certa situação de desenvolvimento, servindo este de exemplo para outros quaisquer. Fica evidente que algum critério mínimo de qualidade de vida e melhoria educacional e de saúde é realidade inerente à sobrevivência dos indivíduos, como é o caso da geração dos cuidados básicos com o meio ambiente, em que o sistema produtivo deve ser, no mínimo, cúmplice, necessitando ser perseguido por toda e qualquer nação.

O que precisa ser objeto de estudo e de preocupação é o fato de que a existência de baixo nível de qualidade de vida, concentração de renda, escolha de algum nível de produtividade etc. não podem ser encaradas, por países em desenvolvimento, como uma questão unicamente de sobrevivência internacional, ao mesmo tempo em que os países desenvolvidos, no mínimo, não devem sacrificar aqueles menos privilegiados, impondo a estes “diretrizes”. É preciso que à mesa de negociações sejam alargadas discussões mais afinadas sobre processos de dependência e vulnerabilidade nas relações econômicas internacionais, visto que, em questões de globalização e de comércio intra-industrial, o limite será a própria reposição de capital e de mão-de-obra no mundo. Isso fatalmente baterá à porta dos oprimidos, e esse modelo será transformado em um processo de exclusão infinita, em que provavelmente a teoria ficará à deriva, se já não está.

Caberia concordar com Dominick SALVATORE, colocando em evidência

- ... os problemas básicos persistente aos países em desenvolvimento:
- 1 – as condições de pobreza total que prevalecem em muitos países;
 - 2 – a dívida externa insustentável de alguns dos países em desenvolvimento mais pobres;
 - 3 – o protecionismo remanescente em países desenvolvidos, em relação às exportações de países em desenvolvimento.²¹

REFERÊNCIAS

BEIRED, J. L. B. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

²¹ SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro. LTC, 1998. p. 203-204.

Sérgio Luiz Lacerda

BOLETIM ESTATÍSTICO. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2000. Disponível em: www.desenvolvimento.gov.br/indica/doc/BoletimEstatístico.Zip

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO – 1964 a 2001. Brasília: SECEX, Departamento de Políticas de Comércio Exterior – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1969.

GILPIN, R. **American policy in the pos-Reagan era**. New York: Deadalus, 1987.

KRUGMANN P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e prática**. São Paulo: Makron Books, 1999.

LUA NOVA – Revista de Cultura e Política, n. 34, 1994.

LUCHESA, C. J. A relação custo-volume-lucro. **Visão Global**, São Miguel do Oeste, Universidade do Oeste de Santa Catarina, ano 3, n. 7, mar. 1999.

MEDEIROS, E. R. de. **Economia internacional**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.

_____. **Blocos regionais de integração económica no mundo**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 1998.

PROFESSORES DA USP. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

SALVATORE, D. **Economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

VASCONCELLOS, M. A. S.; TROSTER, L. R. **Economia básica**. São Paulo: Atlas, 1999.